

A feira como mercado camponês em Mato Grosso do Sul: as resistências produtivas no contexto da luta pela permanência na terra em Rio Brilhante

Lara Dalperio Buscioli

Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Presidente Prudente, São Paulo, Brasil.
e-mail:lara.dalperio@gmail.com

Resumo

O campesinato brasileiro necessita-se de formas de reprodução para sua sobrevivência e logo permanências nos lotes dos assentamentos rurais que estão territorializados. Assim, o trabalho familiar torna-se um elemento importante para a sua manutenção, diante do avanço do capitalismo no campo. A produção no território camponês tem por finalidade a sua subsistência e depois a comercialização dos seus produtos, em que as feiras são um dos principais instrumentos de realização do mercado camponês. Assim, o intuito deste trabalho é apresentar a relação dos assentados do PA São Judas, PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues em Rio Brilhante, com as feiras neste município e em Maracaju no estado do Mato Grosso do Sul. Estas feiras tornaram importantes, pois agregam valor a renda final dos camponeses que produzem e comercializam hortaliças, tubérculos, frutas etc. buscando através deste mercado a melhoria na qualidade de vida e permanência no território conquistado por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palavras-chave: Resistências produtivas; feiras; produção; Rio Brilhante; Maracajú.

The fair as a peasant market in Mato Grosso do Sul: productive resistances in the context of the struggle to stay on land in Rio Brilhante

Abstract

The Brazilian peasantry needs ways of reproduction for its survival and then stays in the lots of rural settlements that are territorialized. In that, family work becomes an important element for its maintenance, in the face of the advance of capitalism in the countryside. The production in the peasant territory is important for its subsistence and then the commercialization of its products, in which fairs are one of the main instruments for the realization of the peasant market. Thus, the purpose of this work is to present the relationship between the settlers of PA São Judas, PA Margarida Alves and PA Silvio Rodrigues in Rio Brilhante, with the fairs in this municipality and in Maracaju in the state of Mato Grosso do Sul. These fairs have become important, as they add value to the final income of peasants who produce and sell vegetables, tubers, fruits, etc. seeking through this market to improve the quality of life and stay in the territory conquered through the struggle of the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Keywords: Productive resistances; fairs; production; Rio Brilhante; Maracajú.

La feria como mercado campesino en Mato Grosso do Sul: las resistencias productivas en el contexto de la lucha por permanecer en tierra en Rio Brilhante

Resumen

El campesinado brasileño necesita formas de reproducción para su supervivencia y luego se queda en los muchos asentamientos rurales que están territorializados. En eso, el trabajo familiar se convierte en un elemento importante para su mantenimiento, ante el avance del capitalismo en el campo brasileño. La producción en el territorio campesino es importante para su subsistencia y luego la comercialización de sus productos, en la cual las ferias son uno de los principales instrumentos para la realización del mercado campesino. Así, el presente trabajo es una relación de consentidos del PA São Judas, PA Margarida Alves y PA Silvio Rodrigues con las ferias de los municipios de Rio Brilhante y Maracaju (MS). Estas ferias pueden ser importantes, porque agregan valor, y las que producen y venden hortalizas, tubérculos, frutas, etc. buscando a través de este mercado mejorar la calidad de vida y permanecer en el territorio conquistado a través de la lucha de los the Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Palabras-clave: Resistencias productivas; ferias; producción; Rio Brilhante; Maracajú.

Introdução

As feiras se configuram como um importante instrumento do mercado camponês, pois se estabelecem a partir de uma lógica distinta do modelo de desenvolvimento do agronegócio, que procura por meio do processo de sua territorialização, desterritorializar o campesinato e o subalternizar em toda o processo de cadeia produtiva.

Nesse sentido, compreendemos as feiras como resistências produtivas ao capital e ao agronegócio, se tornando uma luta dos movimentos socioterritoriais para sua criação em diferentes municípios do território brasileiro, lutas estas que se baseiam na perspectiva de enfrentamento dessas lógicas dominantes, que se estabelecem desde o processo de territorialização camponesa com os assentamentos rurais.

Com isso, as feiras têm se tornado mais um elemento de luta dos movimentos socioterritoriais para permanência dos camponeses nos assentamentos rurais, pois elas representam além da questão da venda direta sem a figura do atravessador, espaços de sociabilidade dos camponeses com os consumidores, na construção de laços de afetividade e na demonstração de que é possível a partir da comercialização em feiras obter renda e melhoria na qualidade de vida em seu lote.

A exemplo temos as feiras seja pelo município ou da Feira da Reforma Agrária que ocorre na maioria dos estados brasileiros, nesta última tendo os movimentos socioterritoriais como protagonistas. Onde os alimentos produzidos pelos camponeses, são comercializados diretamente com os consumidores, sem a figura do atravessador que compra seus produtos a um preço e vende com um valor superior, obtendo maior lucro fatos que compõem o mercado camponês defendido neste artigo.

Assim, apresentaremos nas páginas à luta dos camponeses dos assentamentos Projetos de Assentamentos Federais (PA) São Judas, PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues frente ao avanço da cana de açúcar do agora do grupo Louis Dreyfus Company

(LDC), para produção e comercialização de seus produtos em duas feiras: uma no município de Rio Brilhante e outra em Maracaju ambos pertencentes ao estado do Mato Grosso do Sul (MS).

Para isto, dividimos o trabalho em partes para melhor compreensão do tema e desenvolvimento do artigo. Na primeira parte apresentaremos os procedimentos metodológicos que permitiram alcançar de maneira satisfatória os objetivos do trabalho tal como levantamento bibliográfico, entrevistas com militantes e comerciantes das feiras, bem como a observação participante na contribuição ativa nas atividades.

No tópico seguinte intitulado “As feiras em questão: elementos para compreendermos os mercados camponeses, as disputas paradigmáticas e suas características”, apresentaremos as discussões no campo científico sobre as feiras enquanto elementos que se baseiam no modelo de desenvolvimento do campesinato permeado pelo Paradigma da Questão Agrária, as considerando como espaço de socialização política, de reprodução da identidade camponesa compondo elementos como reciprocidade, cooperação na comercialização, afetividades com os consumidores e autonomia. Elementos que fogem da lógica estabelecida pelo mercado capitalista via modelo de desenvolvimento do agronegócio e Paradigma do Capitalismo Agrário, da qual campesinato se reproduz sobre condição de subalternidade.

No tópico seguinte desenvolvido como “A materialização da resistência produtiva camponesa: A comercialização dos assentados nas feiras de Maracajú e Rio Brilhante como elemento definidor do mercado camponês e de sua permanência na terra”, abordaremos os aspectos teóricos e empíricos do qual a pesquisa se propôs analisar, apresentando a realidade nestes territórios tão conflitantes, em que o campesinato utiliza-se das feiras como fonte de renda e estratégia de permanência nos lotes, buscando sua melhoria de vida, bem como de infraestrutura para continuar se reproduzindo.

Em seguida, apresentaremos as considerações finais do trabalho abordando os principais pontos debatidos. E por fim, as referências utilizadas no trabalho que permitiu avançar no debate acerca da temática.

Procedimentos Metodológicos

Para a construção teórico-prática do desenvolvimento do trabalho com o intuito de suprir os objetivos proposto, utilizamos três procedimentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, observação participante e entrevistas que foram divididos em duas partes: A primeira corresponde ao nível teórico com a pesquisa bibliográfica e a segunda parte a nível empírico com a utilização dos trabalhos de campo aplicando realizando observação participante e entrevistas na área estudada em Rio Brilhante e Maracajú no estado do MS.

Utilizamos a pesquisa bibliográfica com a seleção dos principais temas da pesquisa tais como: feiras, camponeses, reforma agrária, questão agrária, lutas camponesas, agricultura, produção, conflitos territoriais etc. que fomentaram o campo teórico na seleção de livros, teses, dissertações, artigos e banco de dados. Permitindo assim, fazermos correlações com a análise empírica dos dados produzidos tanto quantitativos como qualitativos destes territórios.

No campo empírico utilizamos de trabalho de campo com as metodologias de aplicação de entrevistas e observação participante permitindo abranger e aprofundar o debate acerca da realidade dos camponeses frente aos conflitos e problemas enfrentados, bem como com a territorialização do agronegócio nacional e estrangeiro nesta localidade que impacta diretamente nos seus processos produtivos e de comercialização.

May (2004) aponta que a pesquisa participante, envolve um método complexo, cuja aplicação e análise são os mais exigentes e difíceis. Sobre o termo observação participante: “A meta de entender é reforçada concretamente pela consideração de como eles são afetados pela cena social, o que acontece nela e como as pessoas, incluindo eles mesmos, atuam e interpretam nas suas situações sociais” (MAY, 2004, p. 181). Foote-Whyte (1980) complementa, afirmando que devemos afetar o menos possível o grupo com a presença do pesquisador. Mas, não deixar de dar apoio quando necessário aos sujeitos envolvidos na pesquisa. Assim, esta metodologia nos permitiu avançar nos debates dos temas do artigo, evidenciando em sua totalidade as análises dos sujeitos e das suas formas organizativas que contribuem para a sua manutenção e reprodução camponesa nas feiras.

Também realizamos entrevistas, considerando-as conforme Colognese e Mélo (1998) como um processo de interação social entre o pesquisador e o entrevistado com a finalidade de obtenção de informações, com uma conversa interessada e orientada pelo entrevistador. As entrevistas em diversas são organizadas em três formas: as entrevistas não-estruturadas atendem as finalidades exploratórias, introduzindo brevemente o tema a ser desenvolvido, apenas escutando, ou seja, tendo um mínimo possível de interferência do pesquisador na entrevista; As entrevistas estruturadas que são bastante criticadas, pois são realizadas por meio de roteiros de entrevistas com formulação e sequência das perguntas determinadas, não dando liberdade ao entrevistador mesmo que este processo facilite comparações e quantificações; E por fim, a que utilizamos neste trabalho, as entrevistas semi-diretivas em que o roteiro e a localização da entrevista já são previamente organizados, o pesquisador pode interferir e fazer perguntas adicionais se necessário (COLOGNESE; MÉLO, 1998).

Em caráter de esclarecimentos, ao nos referirmos nas transcrições das falas dos entrevistados utilizaremos nomes fictícios devido ao caráter conflituoso estabelecido

nestes territórios estudados, que ocorrem a décadas. Assim, procuramos não expor os depoentes que são lideranças do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), funcionários públicos e assentados produtores de Rio Brilhante e Maracajú em MS.

Cabe destacar que parte deste trabalho, referem-se as discussões já desenvolvidas na dissertação de mestrado intitulada “Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brilhante (MS): O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nãnderu”, com fomento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Processo número - 2014/03633-7).

As feiras em questão: elementos para compreendermos os mercados camponeses, as disputas paradigmáticas e suas características

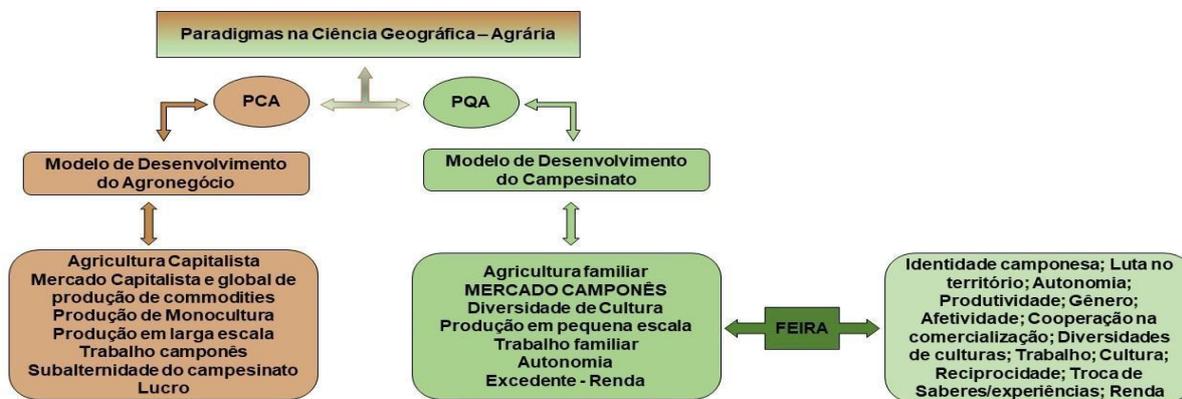
A análise das feiras na perspectiva dos mercados camponeses está diretamente relacionada aos paradigmas e modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro que são distintos evidenciando as conflitualidades inerentes ao processo analítico (organograma 1). Os paradigmas que compõem esta realidade são expressos em dois: o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e o Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) que buscam em sua essência constituir os parâmetros teórico-ideológicos, pautados na diferenciação dada ao papel do campesinato e, portanto nas propostas de políticas públicas que concorrem entre si dentro da lógica de Estado via modelo de desenvolvimento do campesinato e modelo de desenvolvimento do agronegócio nas perspectivas dos seus sistemas agrícolas, estabelecidos dentro dos territórios materiais e imateriais.

Neste sentido, apresentamos no organograma 1, onde se insere o debate das feiras no contexto das disputas paradigmáticas e territoriais, bem como os elementos que a compõem na perspectiva de pertencimento ao mercado camponês. Cabe destacar que compreendemos o debate paradigmático partir das leituras de Kuhn (2005) e Fleck (2010) nas referências de paradigmas/estilos de pensamentos e a comunidade científica/coletivo de pensamento, buscando na perspectiva da Geografia Agrária com a análise do PQA e do PCA avançar nestes debates.

Para Kuhn (2007) os paradigmas são conhecimentos sustentados por leis, metodologias teorias etc., devem ser compartilhados e aceitos pela comunidade. Em que, o processo de revolução científica decorre das fases do seu desenvolvimento em ciência normal e ciência extraordinária, ocorrendo por rupturas gerando um novo paradigma único daquele momento. Já Fleck (2010) nos ajuda avançar a partir da historicidade o desenvolvimento da ciência, que ocorre pelo coletivo de pensamento, que compartilha um

estilo de pensamento, trazendo elementos do anterior, possibilitando dois estilos de pensamentos no mesmo momento histórico.

Organograma 1: As feiras e as disputas paradigmáticas dentro da Geografia agrária.



Org.: Autora, 2020.

Conforme Organograma 1, o PCA parte da tendência da agricultura familiar e do agronegócio, subalternizando e integrando o campesinato ao sistema produtivo (tecnificado e mecanizado) do capital, não havendo uma questão agrária a ser debatida, bem como a solução dos problemas gerados por seus processos e pelo sistema podem ser resolvidos dentro do capitalismo por meio de políticas que integrem o campesinato/agricultor familiar (FERNANDES, 2013; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016).

O PCA não coloca como foco das análises a luta pela terra como uma superação, mas focaliza o Estado através de políticas públicas, das novas ruralidades e na pluriatividade. Em que, o agricultor familiar como parte integrante desse processo está sujeito a essa lógica, totalizante e hegemônica (CAMPOS, 2012). Esta forma totalizante e hegemônica é colocada como única forma de desenvolvimento e têm seus impactos diretamente na vida dos movimentos socioterritoriais que fazem frente a isso lutando pelos seus territórios, bem como pela permanência destes de modo não subalternizado.

Sintetizando a partir das palavras de Camacho (2014), o PCA defende “à adaptação/integração que auxilie no processo de produção/reprodução/acumulação de capital numa perspectiva de estilos diferentes de produção e de complementaridade entre o grande produtor rural e o agricultor familiar” (p. 117), ou seja, não há uma intenção de mudar as estruturas vigentes de produção, circulação e comercialização na relação capital e agricultor familiar, mas sim uma integração completa e subordinada deste sujeito, sem luta e resistência.

Conforme podemos observar no organograma 1, este paradigma tem como modelo de desenvolvimento do agronegócio faltava na agricultura capitalista, no mercado capitalista e global de produção de commodities, produção larga escala utilizando-se do trabalho do campesinato da qual gera a sua subordinação, ou seja, um lucro e a base de tudo. Assim, as feiras são sucumbidas nessas perspectivas, pois compreendem uma gama de elementos da qual este esse sistema não valoriza.

Diferentemente, o PQA tem ponto principal explicar as disputas territoriais e as conflitualidades que defendem os modelos de desenvolvimento que dão autonomia para o campesinato, nas lutas de classes (FERNANDES, B.; WELCH; GONÇALVES, 2014). A sua lógica norteadora é completamente distinta, pois o campesinato se recria no interior do capitalismo e nas suas contradições, buscando formas alternativas de sobrevivência frente aos impactos socioterritoriais em seus territórios construindo um novo modelo de desenvolvimento (FERNANDES, 2013; FELICIO, 2011; CAMPOS, 2012; BUSCIOLI, 2016). Assim, o seu modelo de produção é baseado na perspectiva do campesinato, realizando agricultura família, produzindo a partir de uma diversidade, obtendo uma autonomia de produção, da qual o seu excedente é comercializado e vira renda.

Esta renda, decorre da comercialização via mercado camponês, em que as feiras, como elementos analíticos deste trabalho, se colocam. Elas têm como base a luta no território, a identidade camponesa, as questões de afetividade via consumidores criando laços de amizade, reciprocidade com os produtores, o processo de cooperação na comercialização, à comercialização de diversidade de culturas, a tradicionalidade cultural como elemento importante na perspectiva de trocas de saberes e experiências, sendo que todos estes elementos juntos comportam o processo final que é a geração da renda.

A lógica camponesa de mercado é o trabalho, para o campesinato a sua produção não é vista como mercadoria, pois, em princípio, ela é para subsistência e seu excedente é vendido nas feiras, transformando-se em mercadoria. Com a renda que se consegue dos produtos, o camponês investe na manutenção do seu lote/terra, tornando possível sua reprodução:

Sabe-se bem que a sobrevivência é o limite para a produção camponesa no campo, e não o lucro médio. No trabalho camponês, uma parte da produção agrícola entra em consumo direto do produtor, do camponês como meio de subsistência imediata, e a outra parte, o excedente, sob forma de mercadoria, é comercializada (OLIVEIRA, 1986, p. 68).

Como autoconsumo é a base da produção camponesa um modo de socializar e comercializar tais produções garantindo as como mercadoria é a territorialização dos camponeses nos espaços das feiras principalmente em cidades de pequeno porte (JESUS; FRANÇA, MACHADO, 2015).

Nesta perspectiva, a principal evidência no sistema agrícola do campesinato é a diversidade de cultura e a predominância do trabalho familiar (FERNANDES; WELCH, 2008) e esta diversificação de culturas e conseqüentemente produtos com melhores qualidades pela não utilização ou a utilização mínima de insumos, vem de frente com a produção do agronegócio que parte de uma lógica completamente diferente produzindo commodities em grande escala e utilizando do campesinato em seu sistema produtivo gerando as contradições (organograma 1).

Fernandes (2009) explica que o capitalismo e o campesinato produzem seus próprios territórios e dentro do território camponês ocorre a consolidação de relações não capitalistas, onde o trabalho familiar o define. Por mais que o camponês se insira em políticas que acabam voltadas ao mercado capitalista, ele em sua produção não a realiza de modo capitalista, sendo assim uma forma de resistência ao capital, bem como as lutas pela terra que “se configuram em lutas contra o capital. Tal medida busca romper com o controle monopolístico da propriedade das terras e instituindo relações sociais de produção não capitalistas, fundamentadas no trabalho familiar” (RAMOS FILHO, 2008, p. 361-362).

Mesmo assim, é evidente a subalternidade do camponês ao capital (logo ao mercado capitalista), que em alguns casos vende a sua força de trabalho para permanecer no seu lote. Sua única condição de existência no capitalismo é através dessa subalternidade, mesmo que ele ainda controle o seu processo de trabalho no lote a sua comercialização está pautada no mercado capitalista.

Assim, o poder de decisão dentro do mercado capitalista via modelo de desenvolvimento do agronegócio, para o campesinato ocorre de forma precária e quando ocorre, a subordinação é o principal elemento para compreendermos essa situação. Em seu paradigma, a integração do campesinato é vista como solução, criando políticas, subordinando-o ao mercado. Sem pensar em alternativas de resistências a esse processo, ou seja, em novas formas de produção e comercialização:

La construcción ideológica del agronegocio es un instrumento importante de dominación para controlar el territorio campesino, y mediante su discurso tecnificado y productivista, se busca desmovilizar al movimiento campesino, transformarlo en un productor apolítico, sumiso, que no cuestione el orden establecido, que produzca eficientemente productos que serán entregados al capital (LIZÁRRAGA; VACAFLORES, 2008, p. 246).

Mesmo diante desses fatos, o camponês é um sujeito importante para a agricultura nos países capitalistas, pois o capital cria e recria essas relações não capitalistas, como afirma Oliveira (1986):

[...] o caminho para entendermos essa presença significativa de camponeses na agricultura dos países capitalistas é pela via de que tais

relações **não-capitalistas são produto do próprio desenvolvimento contraditório do capital**. A expansão do modo capitalista de produção, além de redefinir antigas relações, subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução (OLIVEIRA, 1986, p. 67-grifo nosso).

Confrontando com o sistema agrícola do campesinato, temos o sistema agrícola do agronegócio que compreende a “monocultura, o trabalho assalariado e produção em grande escala” (FERNANDES; WELCH, 2008, p. 49). Onde o campesinato pode se reproduzir nesse sistema, mas dentro dos limites próprios da escala de produção e propriedade, assim, subalterno como foi apontado por Oliveira (1986, p. 67): “Ele é subalterno a esse modelo de desenvolvimento pelo fato de não possuir poder para impor outro modelo na correlação de forças com o capital”.

Batista (2014) aponta que o mercado camponês via feira, tem relação direta com a mudança da subordinação do campesinato, pois ela o retira desta condição “dando-lhe a possibilidade de decidir sobre os frutos do seu próprio trabalho (p. 79), retirando-o da perspectiva do modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Estevan e Stedile (2013), apontam que o modelo de desenvolvimento do agronegócio gerou mudanças estruturais na agricultura brasileira principalmente nos aspectos relacionados a concentração fundiária da qual a partir do domínio do capital financeiro das empresas estrangeiras na produção de mercadorias agrícolas e o controle do preço e do mercado tanto nacional e estrangeiro impulsionaram esses aspectos então a concentração de terras e a concentração da produção e a concentração dos bens naturais se colocam como um elemento importante para configuração das conflitualidades estabelecidas no campo brasileiro.

Neste sentido, a agricultura capitalista vincula-se com esse mercado em todas as escalas, principalmente a internacional, logo está dependente do preço externo. Já a agricultura camponesa, principalmente na produção dos assentados, é marginal ao mercado, com um mínimo de inserção, comercializando em circuitos curtos com feiras e espaços de resistências, configurando como mercados camponeses.

Batista (2014) aponta que os mercados camponeses se estabelecem a partir: de feiras, de mercados populares do campesinato, de venda direta, de venda a domicílio, venda em bares restaurantes, hotéis, porta das casas, na beira de estradas, bem como via mercados institucionais.

O militante Guilherme faz uma análise dos mercados camponeses brasileiros parte da necessidade de políticas que permitam a sua consolidação, visto que, vários programas oriundos dos mercados institucionais estão sendo margeados pelo Estado:

Agora a sua produção de alimentos, os nossos mercados camponeses ainda são muito precários, né. Você tem a venda na feirinha, aquela feirinha itinerante, tem na feira fixa, você tem, você tinha algumas parcerias com o governo federal, por exemplo, né, nessas políticas tipo PNAE [Programa Nacional de Alimentação Escolar], PAA [Programa de Aquisição de Alimentos], que agora se acabaram, né, então você não tem ainda uma consolidação de mercados camponeses que viabilizem, dependendo da região que você vive, da sua família sobreviver apenas com a produção agroecológica, né? (Guilherme em entrevista a Buscioli, 2020).

Guilherme citou as feiras como elementos importantes para a comercialização dos produtos agroecológicos realizados pelos camponeses, na perspectiva de sua consolidação, autonomia produtiva e geração de renda, ou seja, comercialização dos produtos são elementos primordiais para permanência do campesinato, conforme observado por Diro: “...pra nós a comercialização é um fator de impacto, um fator principal que a gente deve pensar, nossas produções agroecológicas elas são comercializadas de diversas estratégias, né, ainda se mantêm as feiras locais, ainda que pontuais, pequenas, as feiras locais nos municípios (Em entrevista a Buscioli, 2020).

Lima (2017) aponta que a implementação das feiras não tem como característica geral, apenas a venda direta, mas sua configuração está estritamente ligada aos aspectos agrários no Brasil, como a concentração de terras, os oligopólios internacionais na agricultura e principalmente na contribuição da qualidade de vida dos consumidores e melhores condições de vida aos camponeses produtores.

Em entrevista o militante do Movimento dos Pequenos Agricultores Guilherme, aponta que as feiras decorrem de vários processos elas podem ser permanentes podem ser itinerantes, onde ocorre uma relação de venda direta dos produtos, gerando desenvolvimento territorial local e regional.

Peccini, Hartmann e Christoffoli (2015) apontam que as feiras são estratégias de desenvolvimento territorial que tem como características romper com a exclusão que a agricultura capitalista coloca ao campesinato, rompendo com os aspectos degradantes e criando novas formas de consolidação da agricultura camponesa, possibilitando uma maior qualidade de vida a elas, ou seja, um projeto de desenvolvimento diferenciado: “Mesmo que inserida em um contexto capitalista, a feira livre soma-se aos movimentos” (p. 6).

Nesse sentido, as feiras se estabelecem a partir de um contexto específico da qual é possível a partir das práticas agrícolas contra-hegemônicas construir um projeto de vida que permite aos camponeses, uma vida mais justa e digna para permanência no território camponês (LIMA, 2017).

A criação de várias feiras ao longo do território nacional resultado de um conjunto de conflitualidades travadas a partir das lutas dos movimentos socioterritoriais, pautadas

nas reivindicações a defesa da produção e comercialização agrícola via campesinato, de maneira autônoma e sem uso de agrotóxicos (DOURADOS, 2012).

Lima (2017) estudando a partir das diferentes realidades das feiras em Paraíba, apontou que elas se caracterizam de diferentes formas: realização de feira da reforma agrária com produção agroecológica, feiras de caráter geral com produtos orgânicos ou com agrotóxicos, feiras orgânicas ponto final nesse sentido as feiras convergem em várias formas de organização onde os camponeses em determinadas localidades podem escolher o seu local de realização e lutam para sua construção e permanência.

As feiras têm desempenhado três elementos importantes para o campesinato e as pessoas com menor poder aquisitivo: 1) é a possibilidade de comercialização dos produtos camponeses obtendo recursos para comprar determinados produtos que eles não produzem; 2) o acesso a comercialização de alimentos frescos, de qualidade e com preços mais acessíveis pelas classes sociais economicamente menos favorecidas brasileiras; 3) a constituição de potencialidades para reprodução da cultura camponesa, constituindo diferentes saberes e tradições vindas das suas práticas socioculturais, da perpetuação da cultura popular, do favorecimento dos resgates das raízes camponesas via transformações de símbolos e materiais de resistência contra o capital (DOURADOS, 2012).

Apesar de considerarmos a feira livre como elemento de afirmação dos valores e culturas camponesas que se vivenciam a partir dos frutos do trabalho na terra, compreendemos que as feiras livres não são espaços exclusivos de comercialização apenas do campesinato, mas a territorialização do campesinato nesses espaços representa várias outras estratégias utilizadas por esses sujeitos para conseguir se manter em seus territórios, ou seja, viabilizará sua reprodução e permanência (DOURADOS, 2012).

Nesse sentido, as configurações territoriais das feiras se colocam a partir de uma complexidade de sujeitos e de produtos. Em, mesmo com tais diferenciações entre os sujeitos produtores e comercializadores, o que os une é o processo de luta identitária com a terra (BATISTA, 2014) e na melhoria da qualidade de vida destes sujeitos:

A agricultura familiar, pela produção e pela comercialização em feiras livres, tem se mostrado eficiente na geração de renda e na elevação da qualidade de vida no campo. Dessa forma, possuem a capacidade de ampliar a soberania alimentar da região e do país, tendo em vista que com a agricultura familiar e o estímulo das feiras livres é possível de se ter quantidade, qualidade e diversidade de alimentos (PECCINI, HARTMANN, CHRISTOFFOLI, 2015, p. 8).

Na realização destas feiras, criam-se vínculos que vão além do aspecto financeiro de compra e venda, mas de relações de confiança, relações harmônicas entre os sujeitos,

relações que se compreendem as necessidades um dos outros, ou seja, representando um caráter socioafetivo naquele território (O'LOIOLA; MARTINS, 2017).

Estas relações estabelecidas na de amizade e na cordialidade, são uma das principais características nos mercados camponeses na venda direta dos produtos sejam coletivas ou individuais. Segundo Peccini, Hartmann e Christoffoli (2007), há um processo de aproximação entre os camponeses e os consumidores construindo relações de amizade numa situação de venda e preços mais baratos, relação de respeito e partilha de diferentes saberes e de solidariedade.

Estes fatos corroboram com os estudos de Batista (2014), que apontam que a confiança nos produtores do campesinato é um dos elementos de sociabilidade e afetividade nos mercados camponeses em relação aos consumidores, em que a qualidade do produto está baseada na confiança da palavra dos produtores camponeses: “Para eles o aspecto que associado à confiança determina a decisão de compra é a sanidade dos produtos” (p. 73).

Vale ressaltar que as feiras livres representam um local de caráter socioafetivo uma vez que as relações entre o feirante e o consumidor são mais intensas, cria-se vínculos que não se traduzem simplesmente no fato de comprar e vender, mas também, relação de confiança naquilo que está adquirindo, de conhecimento das necessidades do consumidor, além de promover a inter-relação social e harmônica entre as pessoas (O'LOIOLA; MARTINS, 2017. p. 5).

Nos estudos de Lima (2017) foi evidenciado que os laços de amizade e confiança foram estabelecidos ao longo do tempo, com a organização de cestas de alimentos selecionados para determinado consumidor que geralmente é fixo, com o compromisso de entrega de encomenda realizada por um consumidor para o camponês produtor, bem como com a separação de cestas para que o consumidor pudesse retirá-las em um horário com menos fluxo das pessoas.

as relações estabelecidas com os clientes, sobretudo os mais antigos, tendem a ser mais personalizadas, induzindo a relações que extrapolam a comercialização e baseando-se nos princípios da solidariedade e da dádiva ao contrário do que acontece nos circuitos longos de comercialização, onde os preços são tabelados e as relações são impessoais (BATISTA, 2014, p. 94).

Outro elemento importante nessa relação que se estabelece a feira via mercado camponês, é a possibilidade de negociação dos preços entre os consumidores e os produtores camponeses, permitindo a partir de uma relação de cordialidade um desconto nos preços dos produtos comercializados (BATISTA, 2014).

Neste sentido, todos os elementos aqui apresentados desde a perspectiva de luta dos movimentos sociais vitorias para criação de feiras, relações de reciprocidade a

comercialização, relações de afetividades com os consumidores há possibilidade de negociação dos preços, não comportam os elementos do mercado capitalista via modelo de desenvolvimento do agronegócio.

Partindo de tais apontamentos, compreendemos que por mais que as feiras representem uma resistência produtiva frente às atividades do modelo do agronegócio, elas passam por uma série de dificuldades e fatores limitantes que impedem de realização em sua plenitude. São fatores que envolve questão de produção, produtividade, logística de produção e tráfego dos produtos, bem como questões próprias de infraestrutura em suas localidades

Lima (2017) aponta que o primeiro entrave na realização das feiras agroecológicas é a necessidade de superação da territorialização do capital e do seu modelo de produção, seguidos da melhoria das condições de infraestrutura e de venda dos produtos comercializados pelos camponeses. Nesta última questão o:

aspecto limitante no dinamismo da feira livre é a falta de estrutura adequada para comercialização da produção. Por exemplo, a falta parcial de equipamentos frigoríficos para armazenar os produtos, bem como as condições físicas do local. Junto disso, tem-se a falta de padronização da produção, a descontinuidade da oferta e a baixa capacidade gerencial (PECCINI, HARTMANN, CHRISTOFFOLI, 2015, p. 7).

A sazonalidade dos produtos e da entrega do tempo como fator limitante onde os produtores não conseguem abastecer sempre as casas dos consumidores, bem como a questão dos transportes também devido à dificuldade das condições de levar os produtos das feiras que geralmente São realizadas com carros próprios, com carros de pau-de-arara, com carros de outros produtores amigos ou mesmo pelo processo de carona (BATISTA, 2014). Estes são elementos importantes a serem considerados quando trabalhamos na perspectiva de uma emancipação do campesinato via produção e comercialização nas feiras.

Peccini, Hartmann e Christoffoli (2015) apresentam que apesar de tantas dificuldades um dos instrumentos importantes que tem favorecido na dinâmica produtiva comercial dos camponeses nas feiras é as suas articulações em associações e cooperativas, enquanto elementos organizativos que permitem avançar nesses problemas estruturais das feiras, influenciando positivamente a produção e organização dos camponeses, bem como na pressão aos órgãos públicos às solicitações das demandas do campesinato neste espaço de comercialização.

Outro elemento marcante na consolidação das feiras é a presença da mulher nesses espaços, em nossos trabalhos foram possíveis encontrar Helena e Thaís, que dividem as tarefas de comercialização com seus companheiros. Elas assumem um:

papel de destaque, participação essa indicadora de mudanças no papel da mulher na divisão do trabalho na unidade camponesa. Trata-se de uma nova perspectiva para as mulheres que ficavam ocupadas e submetidas aos trabalhos “menos importantes” na unidade familiar para assumir destaque na busca pelo sustento da família camponesa (DOURADOS, 2012, p. 7).

Assim, a presença das mulheres nas feiras se comporta além da divisão de tarefas na família, se revela como uma conquista de um espaço, de um resultado de um trabalho de uma formação política da divisibilidade das causas feministas e da igualdade de gênero, das quais elas vêm conquistando mais voz as suas comunidades (LIMA, 2017).

Neste sentido, pensarmos no mercado camponês, é pensarmos também em estratégias e espaços de resistências, de formas organizativas de trabalho como as cooperativas nos assentamentos criadas pelos camponeses, que fogem a lógica de exploração do trabalho imposta pelo mercado capitalista e que produz também para a venda direta a seus consumidores.

Consideramos assim, que os pontos de diferenciação paradigmáticas entre a agroecologia e a agricultura capitalista estão relacionados com as suas finalidades: uma para o sustento da vida camponesa, mantendo a diversidade e sua reprodução, ou seja, tem-se uma estratégia de desenvolvimento e soberania territorial partindo do ambiental/social e outra para o mercado capitalista. Conforme Simonetti, Scantimburgo e Fiamengui (2010), este segundo ponto parte de péssimas condições de trabalho, contaminação do solo devido à produção de monoculturas vinculadas ao sistema financeiro internacional.

Assim, nas páginas que se seguem apresentaremos a comercialização da produção dos assentados de Rio Brilhante nas feiras deste município e de Maracaju, evidenciando as características aqui tratados que constituem os elementos das feiras dentro da perspectiva do Modelo de Desenvolvimento do Campesinato aliado ao PQA.

A materialização da resistência produtiva camponesa: A comercialização dos assentados nas feiras de Maracajú e Rio Brilhante como elemento definidor do mercado camponês e de sua permanência na terra

Os assentamentos têm se constituídos como importante lugar onde se dá o processo de (re)construção do território camponês e que a existência do camponês que está assentado não nega a lógica do capital, mas o mesmo encontra formas/alternativas a situação existente (MARQUES, 2008).

Os assentamentos rurais, que são vistos como territórios camponeses, além do caráter de lutas as relações de produção, a divisão de tarefas entre os membros da família e as relações de vizinhança, também definem este território. Segundo Fernandes (2012),

eles se configuram como espaço de vida, lugar de diversidade de cultura e construção de existências, unidade de produção familiar na predominância de alimentos saudáveis.

Rosemeire Almeida (2003) aponta que a “territorialização camponesa se dá via a criação e recriação de formas de produção que possam garantir a continuidade do grupo familiar, mesmo que isso signifique sair de um assentamento e ir para outro” (p. 348). Esta continuidade decorre dos processos identitários em construção via ações/formas de socialização/territorialização.

Segundo Souza e Pedon (2007), a materialização de uma identidade é incorporada pelo cotidiano, sendo necessários os símbolos, as imagens e os aspectos culturais, caracterizados como valores, dando sentido de pertencimento, de defesa dos territórios e das identidades, na qual, o sentimento de pertencimento é o principal elemento da relação identidade-território.

Tratando-se de um assentamento rural, as relações que compõem o território camponês não se restringem somente as relações entre o núcleo familiar em si e o lote - terra, também há diversas relações de organização e ajuda mútua, principalmente com relação à produção, que conformam para a permanência e resistência destas famílias na terra. A presença de famílias ligadas à militância em movimentos sociais corrobora para essa organicidade, pois estas trazem dos próprios movimentos as experiências de coletividade e unicidade.

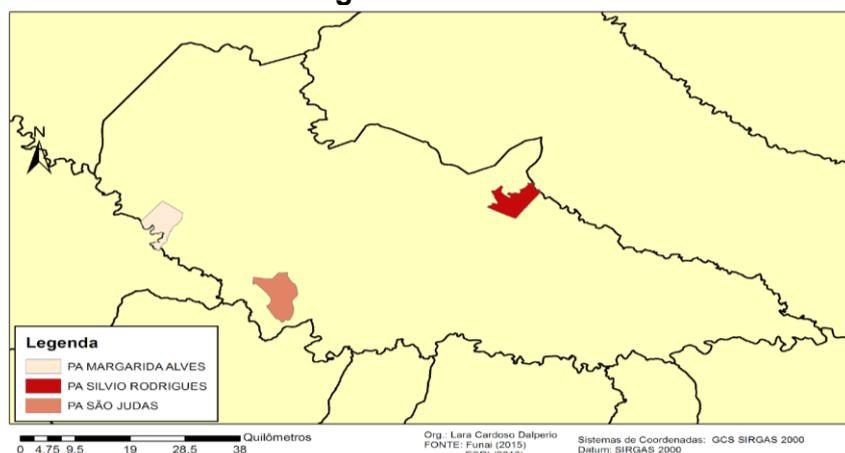
Compreender a trajetória de uma família camponesa é tomar conhecimento de todo processo de construção de seus meios de produção e reprodução na vida no campo; é conhecer o desenvolvimento das técnicas de manejo, plantio e administração de uma propriedade rural, pois suas habilidades com a terra são resultados cumulativos de experiências de vida, muitas vezes repassadas de gerações e aperfeiçoadas diante das necessidades que a vida rural lhes impõe.

Os camponeses assentados vivenciam a partir destas realidades muito dificuldade no que tange ao processo de comercialização dos seus produtos que permitem a sua reprodução no lote (LIMA, 2017). Ou seja, diante disso a necessidade de um mercado camponês torna-se emergente na medida em que as políticas públicas não suprem toda essa realidade.

A estes fatos podemos elucidar os assentamentos Silvio Rodrigues, Margarida Alves e São Judas, expressos no mapa 1, no município de Rio Brillhante em MS. Estes assentamentos são originários de luta MST por meio de reivindicações e resistências nas décadas de 1990 e 2000 resultante nas desapropriações destes territórios. Vale ressaltar que o PA Margarida Alves comporta 120 famílias numa área de 3.166, PA Silvio Rodrigues

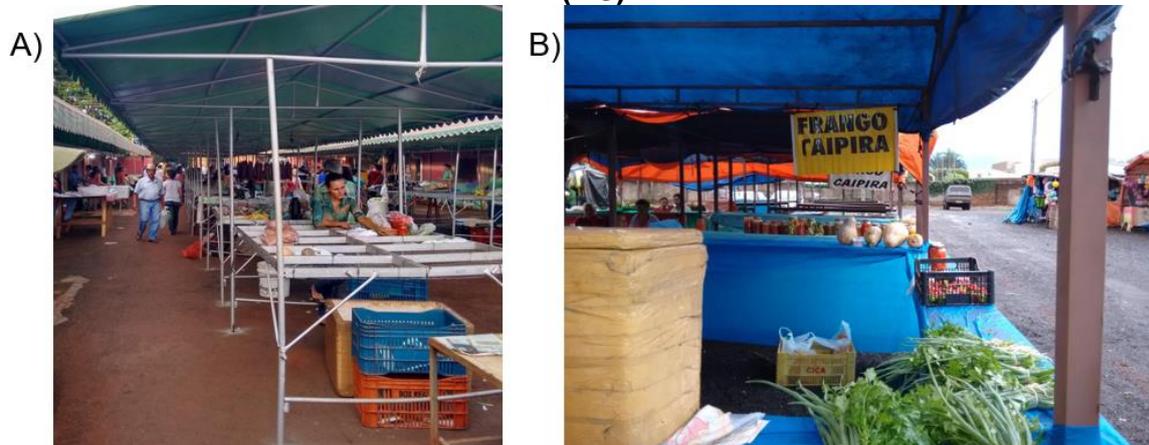
com 120 famílias em 3.202 hectares e o PA São Judas com 187 famílias numa área de 4.155 hectares sendo o maior deles e mais antigo (DATA LUTA, 2020).

Mapa 1: Assentamentos rurais originários da luta do MST em Rio Brilhante (MST).



Nestas áreas presenciamos a comercialização dos produtos cultivados pelos camponeses nos três assentamentos nas Feiras de Maracajú e de Rio Brilhante, expressos na figura 1.

Figura 1: Painel Fotográfico - Feiras dos municípios de Maracajú e Rio Brilhante (MS).



Fonte: Autora (2015). Painel fotográfico: A) Feira de Maracajú e B) Feira de Rio Brilhante

Compreendemos que tais feiras, deixam em evidência a produção dos assentados de reforma agrária, onde a população pode comprar os produtos de qualidade, com uma relação direta do produtor e do consumidor. Assim, trocam-se experiências entre produtores e consumidores, amizades são feitas, configurando em espaços de socialização fortalecendo a luta pela reforma agrária e o mercado camponês no país.

Segundo Lizárraga e Vacafleres (2008) os camponeses são responsáveis pela venda de produtos frescos e saudáveis, pela preservação do meio ambiente, conservação da biodiversidade, ou seja, responsáveis pelo controle territorial regional. Resultando na

construção de autonomia a partir dos mercados, restaurando os solos reconfigurando os territórios materiais e imateriais do campesinato sempre que lutaram e resistiram (ROSSET; MARTÍNEZ-TORRES, 2012).

Celso em entrevista aponta que as feiras tem se tornado uma alternativa de comercialização dos produtos dos assentados além do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o excedente é vendido principalmente nas feiras, em mercados, pequenas vendas, frutarias entre outras. Santos (2015, p. 23) afirma que o excedente: “reforça a ideia de que os produtos vendidos na feira são ofertados por camponeses, que reafirmam o espaço da feira como espaço de valorização do campesinato, não somente pelo aspecto econômico, mas também pelo aspecto sociocultural”.

Nesta compreensão, as feiras se tornam espaços de ação política e territorial (LIMA, 2017), uma forma de resistência frente aos mercados impostos pelo capitalismo, tendo a venda direta da sua produção ao consumidor, ou seja, a figura do atravessador desaparece viabilizando assim, um maior preço dos seus alimentos e conseqüentemente maior renda. Bem como uma resistência nas questões do trabalho em relação para o trabalho do agronegócio, que dificulta a sua reprodução enquanto camponês.

O entrevistado Celso aponta a problemática da produção do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) nas escolas, devido à falta de demanda, assim, os assentados dos três territórios camponeses estudados produzem para o PAA, mesmo não sendo suficiente para a demanda dos produtores:

Ele não é suficiente por que ele limita a até 8 mil reais. Agora, se as famílias quisessem se incluir no PNAE, por exemplo, que é o programa da merenda escolar... E o problema também é que a demanda do município, não é tão grande assim, que possibilite abrir para todo mundo participar, para entregar para o PNAE, por que o PNAE, ele limita, ele está limitado à quantidade de consumo das escolas. Agora o PAA, ele não limita a produção, mas ele está limitado a um valor, que é os 8 mil reais. Então isso acaba dificultando para quem quiser se resumir ao PAA e o PNAE. Agora para aqueles que quiserem produzir para outros mercados, a demanda é enorme. Os mercados inclusive abrem as portas para quem quiser ter produção regular, com qualidade, os supermercados fazem questão de pegar do município (Celso em entrevista, 2015).

A comercialização na feira de Rio Brilhante é uma importante fonte de renda para os assentados, que levam sua produção ou de outros assentados para serem comercializadas. A prefeitura, por meio da Secretaria de Agricultura dá um suporte de infraestrutura da feira, por meio de espaços das barracas, logística da produção, dando um caminho para os camponeses levarem a sua produção passando às cinco da manhã e voltarem para o assentamento.

Esta feira funciona de sábado a partir do meio-dia até domingo ao meio-dia recebendo os compradores tanto da área rural como urbana. Segundo Celso que também

trabalha na prefeitura, eles estão estudando a possibilidade de realizar a feira na quarta-feira, que atende outras comercializações além dos produtos dos camponeses:

É, é uma feira que com o tempo ela... Tem a praça de alimentação também, para as pessoas que querem produzir um pastel, alguma coisa, então ela é bem... Não é específica de agricultura familiar. Até por que, se a gente se resumir a isso, o público que vai lá comprar um produto de agricultura familiar, pode fazer também um lanche e aí o cara que vai fazer um lanche pode também ir lá e comprar um produto de agricultura familiar. Então tem várias opções (Celso em entrevista, 2015).

Em relação à feira de Maracajú, ela funciona nos sábados de madrugada e tem um público diferente da feira de Rio Brilhante, pois são trabalhadores que vão antes do horário de entrada de seus serviços para comprarem seus alimentos. Deste modo, logo no início da manhã, por volta das nove horas, à feira está na fase final, com a maioria de seus produtos vendidos. Assim, a movimentação nas feiras é mais intensa nas primeiras horas de comercialização, sendo que vão diminuindo ao longo do período até quando a feira é encerrada. Destaca-se que a localidade das feiras é importante para os consumidores que procuram determinados alimentos de acordo com a sua configuração (LIMA, 2017).

Por meio de nossos trabalhos de campo, entrevistamos alguns assentados do PA São Judas e PA Silvio Rodrigues que comercializam sua produção na feira de Rio Brilhante e assentados do PA Margarida Alves comercializam seus produtos na feira de Maracajú. Todos os assentados entrevistados têm as feiras como rendas expressivas em seus lotes, uma alternativa financeira para poderem permanecer no campo.

João e Helena são assentados do PA São Judas e os produtos que eles comercializam são excedentes em seu lote, pois tudo o que eles produzem é comercializado na feira de Rio Brilhante. Ele ficou seis anos acampados em Nova Alvorada (MS), até serem assentados por meio da compra ilegal de um lote, fator que dificulta para a sua entrada em programas como o PAA e o PNAE.

Segundo Helena no início da sua ida ao assentamento, não pensou nessa possibilidade de comercializar em feiras: “Não, eu só imaginava que ia tirar leite para vender, umas coisas assim, não imaginava que ia surgir essa feira e essa feira é um projeto da Prefeitura e a Prefeitura ajuda muito a gente por que vai buscar e vai levar. Isso daí eles ajudam, né...” (Em entrevista a Buscioli, 2015).

Sua produção na barraca é de verduras (alface e couve) e legumes, mamão, pimenta, ovos, leite e queijo, bem como produzem pão, doce, bolacha e bolo com o leite retirado do lote. Sobre o leite: “está saindo muito leite por que as vacas estão criando, né! Então aumento o leite. Nós trazemos 40, 50 litros de leite todo sábado...” (João em entrevista, 2015).

A figura 2 mostra a produção na barraca de João e Helena na feira de Rio Brilhante, onde parte de sua produção realizada no lote é comercializada nesta feira e outra é consumida.

Figura 2: Barraca de João e Helena na Feira de Rio Brilhante (MS)



Fonte: Autora (2015).

Eles passam os dois dias na feira, dormindo em condições precárias no meio de sua barraca. Segundo eles, antes a prefeitura oferecia um alojamento perto da feira, mas esse convênio foi cortado e os assentados não têm onde ficar, senão nas suas próprias barracas: “Nós dormia ali na Paróquia da Igreja Católica, tinha um lugar onde nós dormia, mas depois veio esse supermercado Dever aí fomos obrigados a sair de lá e agora nós dorme aqui no barraco, não tem lugar onde dormir” (João em entrevista, 2015).

Segundo o entrevistado no “Domingo nós vamos embora 11 horas, ficamos vendendo aqui até 11 horas, aí vamos embora. Não tem como ficar a semana inteira por que olha como é isso aqui, não tem jeito. Aqui é coberto por que mandei fazer...” (João em entrevista, 2015). Desta forma, com seus recursos particulares eles investiram em sua barraca, colocando um teto para não ficar apenas na lona, principalmente em dias de chuva. Um destes recursos é a aposentadoria de João, que ele investe em seu lote.

Além dos estudos já apresentados de O’LOIOLA e MARTINS (2017), Lima (2017) e Batista (2014), Guimarães e Mesquita (2009) afirmam a partir de um estudo feito na feira camponesa de Catalão, que as feiras constituem na construção de um espaço para a prática do vender, comprar e socializar. Esta socialização faz-se por meio da construção de laços de amizades, fatos que podemos evidenciar na fala de João: “Faz amizade e conhece gente diferente todo dia e aqui é uma distração pra gente, é muito bom isso aqui...” (em entrevista, 2015).

O assentado André do PA Silvio Rodrigues também produz para a feira de Rio Brilhante e segundo relatos ele optou pela feira devido à burocracia que os programas

assistencialistas impõem para os assentados comercializarem seus produtos. Assim, ele vê como vantagem fiscalização ineficiente dos órgãos na feira:

Tudo que você trazer e o município te ajudar...por que aqui tem coisa como esse aqui mesmo, isso aqui se depender da defesa sanitária não pode vender aqui, o leite (in) naturo...isso aqui é por que o município segura as pontas, se não, não podia vender de jeito nenhum. O queijo que nós temos aqui teria que ter tick da defesa sanitária e tudo...não poderia ser assim. Isso aí tudo tem que ser segurado pelo município. O fiscal da Prefeitura não vem nem aqui, se for pra ele vir aqui fiscalizar nós temos que parar com isso aqui (André em entrevista, 2015).

Quando questionado sobre a vigilância ele nos informou que para comercializar o leite, por exemplo, ele deve ir separando as amostras para serem passadas pela prefeitura do município de Rio Brilhante, ou mesmo na comercialização dos seus frangos, mostrando que ele não tem condições de ter um abatedouro em seu lote como é exigência, bem como para a comercialização do porco. Deste modo, sua venda é realizada de forma ilegal, pois o mesmo não consegue obter ajuda da prefeitura e do governo por meio do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), sendo que para ele poder criar infraestruturas em seu lote para legalizar a sua situação. Cabe salientar que a está situação é a realidade de muitos camponeses nas feiras no território brasileiro.

O assentado produz os alimentos que são consumidos em seu lote, buscando conforme o aumento das vendas para aumentar a sua produção: "... por que na feira se eu plantar quiabo eu vendo, se eu plantar abobrinha verde eu vendo, se ela tiver madura eu vendo, milho verde eu vendo, eu vendo a pamonha, sem contar nos outros produtos que o milho dar" (André em entrevista, 2015).

A estas palavras podemos relacionar com a afirmação de Lopes (2012), analisando as feiras de Reforma Agrária em Andradina e Castilho no estado de São Paulo:

A realização deste tipo de iniciativa tem trazido algumas mudanças na vida dos assentados que participam desta atividade, além do aspecto econômico, como o aumento da renda familiar. Muitos relatam que há um constante acréscimo nas vendas e que isto tem aumentado a quantidade de mercadorias a serem produzidas (LOPES, 2012, p. 101).

Assim, com uma maior produção tem-se consequentemente uma renda maior para seu lote. Em média ele tem uma renda de 600 reais por semana, principalmente no começo do mês onde os trabalhadores rurais e urbanos recebem seus respectivos salários. Essa renda é tirada da produção de aproximadamente 20 produtos como hortaliças (couve e alface), mandioca, milho, feijão (de corda), pimenta, abóbora, milho verde etc. Bem como com a produção do frango que ele compra de outro assentado, para poder comercializar o

maior número de galinhas e também o leite que ele compra quando a feira tem bastante compradores.

A figura 3 mostra o barraco de André com as suas respectivas produções – hortaliças, legumes, pimentas entre outras, produzidas em seu lote com a ajuda da família.

Figura 3: Comercialização do assentado André na Feira de Rio Brilhante (MS)



Fonte: Autora (2015).

No caso da feira de Maracajú entrevistamos Thais e Claro assentados do PA Margarida Alves, sendo que uns dos maiores argumentos para a comercialização dos seus produtos (figura 4) nesta feira, são a facilidade no transporte devido à localização de seus lotes e também, por seu uma feira mais aberta à produção dos assentados, sem ter uma burocracia tão grande como a feira de Rio Brilhante.

Figura 4: Comercialização dos produtos de Thais e Claro na feira de Maracajú (MS)



Fonte: Autora (2016).

Além, dessa comercialização eles também contribuem vendendo os doces que uma amiga Teresa que também é assentada, sem retirar nenhuma porcentagem dos preços desses produtos.

Diante do exposto, compreendemos que as feiras de Maracaju e Rio brilhante trazem elementos que consolidam e fortificam a identidade camponesa, trazem a perspectiva da cooperatividade na comercialização, laços de afetividade com os consumidores a geração de renda que contribui para a permanência do campesinato nos assentamentos, bem como na melhoria da qualidade de vida destes sujeitos que lutam frente ao avanço do modelo do modelo de desenvolvimento do agronegócio sobre os seus territórios e sobre os mercados.

Diante dos apontamentos, consideramos que estes elementos são importantes para compreendermos as resistências produtivas e a necessidade de pensarmos nos mercados camponeses, frente ao mercado capitalista que vem avançando em áreas camponesas. Assim, ocorre uma concentração e centralização do capital. Em que, para o mercado a diferenciação de produtos torna-se importante elemento para sua manutenção e rentabilidade.

Considerações finais

O campesinato organizado precisa de uma maior articulação dentro dos movimentos socioterritoriais, para avançar no debate sobre um mercado camponês consolidado no território nacional. Visto que, o mesmo produz de forma diversificada e produtos de melhores qualidades aos aspectos de saúde, se comparado com a produção de commodities por meio do mercado capitalista.

A partir do que foi exposto, podemos afirmar que o Estado tem interesse no modelo de desenvolvimento do agronegócio, permitindo maior investimento em infraestruturas e abertura política para a territorialização de empresas nacionais e estrangeiras para produção de commodities, culminando numa forte influência neste tipo de produção aos outros mercados.

Tentando superar essa subordinação e integração ao mercado capitalista através das políticas de Estado, os camponeses tem buscado formas de resistências frente a essa situação, como o caso das feiras de reforma agrária e a comercialização das feiras municipais aproximando a relação produtor e consumidor final.

Com isso, as feiras tem se tornado importantes para que possamos compreender alguns elementos que configuram o mercado camponês partindo do trabalho familiar como um dos elementos fundantes. Nesta questão o trabalho se difere do trabalho para o capital desde a produção em seu lote bem como a forma de comercialização e significação das mercadorias.

Assim, este artigo buscou apresentar parte do mercado camponês através das experiências de comercialização dos produtos dos camponeses oriundos dos três

assentamentos conquistados pela luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra na região: PA São Judas, PA Margarida Alves e PA Silvio Rodrigues com as feiras dos municípios de Rio Brillhante e Maracaju no estado do Mato Grosso do Sul.

Estas feiras tornaram-se importantes instrumentos de resistência do campesinato nos três assentamentos, pois ao produzir e vender de forma direta seus produtos, os camponeses podem contribuir para a melhoria na qualidade de vida e também para a questão estrutural de seus lotes com a instalação e reparação de algum aspecto material, conforme relatos da maioria destes sujeitos na área de pesquisa.

Podemos observar que a principal produção dos assentados nas feiras refere-se a alimentos in natura, produzidos em seus próprios territórios. Podemos citar as hortaliças verdes, coloridas, tubérculos, frutas tais como: pimenta, alface, mamão, abobrinha, cheiro-verde, abacate. Cabe ressaltar que também ocorre o processamento de alimentos como o leite produzido comercializado na figura do queijo e doces na figura de nozinhos e pão.

Neste último tipo de produção ocorre trabalho solidário, em que a camponesa não cobra nenhuma taxa para comercializar o produto de sua amiga, que também é assentada, identificando que a significação do trabalho rege de outros moldes além do estabelecido pelo capital.

Podemos identificar que através das feiras os camponeses assentados por meio da luta do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, conseguem se manter no lote, sem vender a sua força de trabalho ao capital, tornando-a um importante instrumento de resistência para sua permanência nos assentamentos – territórios camponeses.

Referências

ALMEIDA, R. A. de. **Identidade, distinção e territorialização**: o processo de (re)criação camponesa no Mato Grosso do Sul. 2003. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2003.

BATISTA, Maria Aline da Silva. **Questão Agrária e Campesinato**: a feira agroecológica como uma estratégia de consolidação camponesa. 109 f. Dissertação em Geografia. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2014.

BUSCIOLI, L. D. **Impactos e Resistências no Processo de Estrangeirização de Terras em Rio Brillhante (MS)**: O Caso dos Projetos de Assentamentos Federais São Judas, Margarida Alves, Silvio Rodrigues e do Território Indígena Laranjeira Nanderu. 443 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências e Tecnologia. Presidente Prudente, 2016.

CAMPOS, J. F. de S. **Leituras dos Territórios Paradigmáticos da Geografia Agrária**: Análise dos Grupos de Pesquisa do Estado de São Paulo. 2012. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2012.

CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2014.

COLOGNESE, S. A.; MELO, J. L. B. A Técnica da Entrevista na Pesquisa Social. Porto Alegre: **Cadernos de Sociologia**, v. 9, p. 143-159, 1998.

DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela. 2020. Disponível em: <https://www2.fct.unesp.br/nera/relatoriosbr.php>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DOURADO, J. A. L. Feiras livres e reprodução camponesa: Interfaces da Relação Campo – Cidade. **Anais XXI Encontro de Nacional de Geografia Agrária: Territórios em disputa: desafios da geografia agrária nas contradições do desenvolvimento brasileiro**. Uberlândia – MG, 15-19 de outubro 2012.

ESTEVAN, Douglas. STEDILE, João Pedro. Introdução. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 13-18.

FELICIO, J. M. **Contribuição ao Debate Paradigmático da Questão Agrária e do Capitalismo Agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2011.

FERNANDES, B. M. WELCH, C. A. Campesinato e agronegócio da laranja nos EUA e Brasil. In: FERNANDES, B. M. **Campesinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

FERNANDES, B. M. A geopolítica da questão agrária mundial. 2009b. **Boletim DATALUTA**. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/boletimdataluta/boletim_dataluta_06_2009.pdf >. Acesso em: 18 mar. 2018.

FERNANDES, B. M. Território Camponês. In: CALDART, R. S; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P; FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Editora expressão Popular, Rio de Janeiro e São Paulo, 2012. p. 744.

FERNANDES, B. M. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária no Brasil: o debate na década de 2000**. São Paulo: Expressão Popular, 2013, p. 173-236.

FERNANDES, B. M. WELCH, C. A. GONÇALVES, E. C. **Os usos da terra no Brasil: Debates sobre políticas fundiárias**. São Paulo: cultura Acadêmica: Unesco, 2014.

FLECK, L. **Gênese e desenvolvimento de um fato científico**. Belo Horizonte: Fabrefactum, 2010.

FOOTE-WHYTE, W. Treinando a observação participante. In: GUIMARÃES, A. Z. (org.). **Desvendando máscaras sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980. p. 77-86.

GUIMARÃES, R. R.; MESQUITA, H. A. de. Feira camponesa: instrumento de luta e resistência das mulheres camponesas em Catalão – GO. **XIX Encontro Nacional De Geografia Agrária**, São Paulo, 2009, pp. 1-15.

JESUS, A. C. C. de; SANTOS, T. M. dos; FRANÇA, C. B. S.; MACHADO, S. M. M. A feira livre e a produção camponesa no município de Ubaíra- BA. **XIX Encontro Nacional de Geógrafos** “Pensar e fazer a geografia brasileira no século XXI: Estacas, conflitos socioespaciais e crise estrutural na nova política mundial, João Pessoa (PB), 01-07 de julho de 2015.

KUHN, T. S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

LIMA, A. B. de. **Camponeses e feiras agroecológicas na Paraíba**. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

LIZÁRRAGA, P.; VACAFLORES, C. Proyecto de dominación y resistencia campesina - el caso de Tarija, Bolivia. In: FERNANDES, B. M. **Campepinato e agronegócio na América Latina: a questão agrária atual**. São Paulo: Expressão Popular, 2008, p. 225-248.

LOPES, D. E. Formas de resistência camponesa em Andradina-SP e Castilho-SP. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**, Três Lagoas, MS, ano 8, v. 1, n. 15, p. 83-109, mai. 2012.

MARQUES, M. I. M. A Atualidade do Uso do Conceito de Camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, SP, ano 11, n. 12, p. 57-67, jan-jun. 2008.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: ArtMed, 2004.

OLIVEIRA, A. U. de. **Modo capitalista de produção e agricultura**. São Paulo: Editora Ática, 1986.

O'LOIOLA, V. de; MARTINS, H. A. A Importância da Feira de Economia Solidária e Agroecologia (FEISOL) como alternativa para a comercialização de produtos oriundos da Agricultura Camponesa em Cáceres-MT. **Anais VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária - Geografia das redes de mobilização social na América Latina: resistências e rebeldia desde baixo nos territórios de vida**. Curitiba (PR), 1 a 5 de novembro de 2017.

PECCINI, M. D; HARTMANN, L. C.; CHRISTOFFOLI, P. I. Experiência das feiras livres da agricultura familiar camponesa. **Anais III Jornada da Questão Agrária e Desenvolvimento: os sujeitos na soberania alimentar**. Curitiba, 12-13 de novembro de 2015.

RAMOS FILHO, E. da S. **Questão Agrária Atual: Sergipe como referência para um estudo confrontativo das políticas de reforma e reforma agrária de mercado (2003-2006)**. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista. Presidente Prudente, 2008.

ROSSET, Peter M.; MARTÍNEZ-TORRES, Maria Elena. **Rural social movements and agroecology: context, theory, and process**. *Ecology and Society*. 2012. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5751/ES-05000-170317>>. Acesso em: 20 out. 2020.

SANTOS, W. R. dos. A importância da feira central da cidade de Goiás (GO) como espaço de resistência do trabalho camponês. In: **XI Encontro Nacional da ANPEGE - A diversidade da geografia brasileira: escalas e dimensões da análise e da ação**. 9 a 12 de outubro, 2015b. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2015/anais/arquivos/7/227.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

SIMONETTI, Mi. C. L.; SCANTIMBURGO, A.; FIAMENGUI, F. Globalização neoliberal, injustiça ambiental e agricultura. In: POSSAS, L. M. V.; SALA, J. B. **Novos atores e relações internacionais**. São Paulo: Cultura acadêmica, 2010. p. 267-292.

SOUZA, E. A.; PEDON, Nelson Rodrigo. Território e Identidade. **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros**. Três Lagoas - MS, v. 1, nº 6, ano 4, nov. de 2007.

Sobre a autora

Lara Dalperio Buscioli – Graduação e mestrado em Geografia pela Universidade Estadual

Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), campus de Presidente Prudente. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). Atua desde 2010 no Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA) e na Rede DATALUTA. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-9741-6883>

Como citar este artigo

BUSCIOLI, Lara Dalperio. O mercado camponês em Mato Grosso do Sul: as resistências produtivas no contexto da luta pela permanência na terra em Rio Brilhante. **Revista NERA**, v. 24, n. 61, p. 112-137, Dossiê I ELAMSS, 2021.

Recebido para publicação em 19 de fevereiro de 2020.

Devolvido para revisão em 14 de outubro de 2020.

Aceito para publicação em 06 de janeiro de 2021.
